



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE PARACAMBI**

**MESA EXECUTIVA**

Robson da Silva  
Presidente

Wanderlúcio Romão Rodrigues  
Vice-Presidente

Marco Antonio Xaves Brandão  
1º Secretaria

Alan Silva dos Santos  
2º Secretario



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE PARACAMBI**

**Vereadores Eleitos para o período legislativo 2009/2012**

Alan Silva dos Santos  
Antonio Carlos Soares Chambarelli  
Durval Mutran Luz  
Geraldo do Carmo Muniz  
José Geraldo Diogo  
Marco Antonio Xaves Brandão  
Robson da Silva  
Sebastião Geraldo José Pereira  
Wanderlúcio Romão Rodrigues

**Revisado pela Assessoria Jurídica**

Erik Souza Pereira  
Igor Bottoni Cabral



# ESTADO DO RIO DE JANEIRO

## CÂMARA MUNICIPAL DE PARACAMBI

Dispõe sobre a criação da Corregedoria Parlamentar da Câmara Municipal de Paracambi, sua competência e dá outras providências.

**O PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL DE PARACAMBI,**  
Faço saber que a Câmara Municipal de Paracambi aprovou e eu, promulgo a seguinte:

### CAPÍTULO I

#### Dos Deveres Fundamentais

Art. 1º – No exercício do mandato, o Vereador atenderá às prescrições constitucionais, regimentais e às contidas neste Código, sujeitando-se aos procedimentos e medidas disciplinares nele previstos.

Art. 2º – São deveres fundamentais do Vereador:

I – Traduzir em cada ato a afirmação e a ampliação da liberdade entre os cidadãos, a defesa do Estado Democrático de Direito, das garantias individuais e dos Direitos Humanos, bem como lutar pela promoção do bem-estar e pela eliminação das desigualdades sociais.

II - Pautar-se pela observância dos protocolos éticos discriminados neste Código, como forma de valorização de uma atividade pública capaz de submeter os interesses às opiniões e os diferentes particularismos às idéias reguladoras do bem comum;

III – Cumprir e fazer cumprir as Leis, a Constituição da República, a Constituição do Estado do Rio Janeiro e a Lei Orgânica Municipal;

IV – Prestar solidariedade política a todos os cidadãos, em especial aos perseguidos, aos injustiçados, aos excluídos e aos discriminados, onde quer que se encontrem;

V – Contribuir para a afirmação de uma cultura cujos valores não reproduzam, a qualquer título, quaisquer preconceitos entre os gêneros, especialmente com relação à raça, credo, orientação sexual, convicção filosófica ou ideológica;

VI – Expressar suas opiniões políticas de maneira a permitir que o debate público, no Parlamento ou fora dele, supere progressivamente as unilateralidades dos diferentes pontos de vista e construa, em cada momento histórico consensos fundados por procedimentos democráticos;

VII – Denunciar publicamente as atitudes lesivas à afirmação da cidadania, do desperdício do dinheiro, os privilégios injustificáveis e o corporativismo;

VIII – Abstrair seus próprios interesses eleitorais na tomada de posições individuais como representante legítimo dos munícipes;



# ESTADO DO RIO DE JANEIRO

## CÂMARA MUNICIPAL DE PARACAMBI

### CAPÍTULO II

#### Das Vedações

Art. 3º – É expressamente vedado ao Vereador:

I – Desde a expedição do diploma:

- a) Firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária ou permissionária de serviço público, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes;
- b) Aceitar cargo ou exercer simultaneamente função ou emprego remunerado, inclusive os de que seja demissível “ad nutum” nas entidades e nos termos constantes da alínea anterior, salvos os privativos da atividade de saúde;

I – Desde a posse:

- a) Ser proprietário controlador ou diretor de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público, ou nela exercer função remunerada;
- b) Exercer o mandato de Vereador simultaneamente com cargo ou função que seja demissível “ad nutum”, nas entidades referidas no inciso I, alínea “a”;
- c) Patrocinar causa em que seja interessada qualquer das entidades a que se refere o inciso I, alínea “a”;
- d) Exercer qualquer outro cargo público ou desempenhar outro mandato público eletivo.

Parágrafo 1º – Consideram-se incluídas nas proibições previstas nas alíneas “a” e “b” do inciso I, e “a” e “c” do inciso II, para fins deste Código de Ética, pessoas jurídicas de direito privado controladas pelo poder público.

Parágrafo 2º – A proibição constante da alínea “a” do inciso I compreende o Vereador, como pessoa física, seu cônjuge ou companheira e pessoa jurídica direta ou indiretamente por eles controladas.

Art. 4º – É, ainda vedado ao Vereador:

I – Atribuir dotação orçamentária, sob forma de subvenções sociais, auxílios ou qualquer outra rubrica, a entidades ou instituições das quais participe o Vereador, seu cônjuge ou parente, de um ou de outro, até o segundo grau, bem como pessoa jurídica direta ou indiretamente por eles controlada, ou ainda, que aplique os recursos recebidos em atividades que não correspondam rigorosamente às suas finalidades estatutárias;

II – A celebração de contrato com instituição financeira controlada pelo poder público, incluídos nesta vedação além do Vereador como pessoa física, seu cônjuge ou companheira e pessoa jurídica direta ou indiretamente por eles controladas;

III – A direção ou gestão de empresas, órgãos e meios de comunicação, considerados como tal pessoas jurídicas que indiquem em seu objeto social a execução de serviços de jornalismo, de radiodifusão sonora ou de sons e imagens;

IV – O abuso do poder econômico no processo eleitoral.



# ESTADO DO RIO DE JANEIRO

## CÂMARA MUNICIPAL DE PARACAMBI

### CAPÍTULO III

#### Dos Atos Contrários à Ética Parlamentar

Art. 5º – Consistem faltas contra a ética parlamentar de todo Vereador no exercício de seu mandato:

I – Quanto às normas de conduta nas sessões de trabalho da Câmara:

- a) Utilizar-se, em seus pronunciamentos, de palavras ou expressões incompatíveis com a dignidade do cargo;
- b) Desacatar ou praticar ofensas físicas ou morais, bem como dirigir palavras injuriosas aos seus pares, aos membros da Mesa Diretora, do Plenário ou das Comissões, ou a qualquer cidadão ou grupos de cidadãos que assistam a sessões de trabalho da Câmara;
- c) Perturbar a boa ordem dos trabalhos em plenário ou nas demais atividades da Câmara;
- d) Prejudicar ou dificultar o acesso dos cidadãos a informações de interesse público ou sobre os trabalhos da Câmara;
- e) Acusar Vereador no curso de uma discussão, ofendendo sua honestidade, com argüições inverídicas e improcedentes;
- f) Desrespeitar a propriedade intelectual das proposições;
- g) Atuar de forma negligente ou deixar de agir com diligência e probidade no desempenho de funções administrativas para as quais for designado, durante o mandato e em decorrência do mesmo;

II – Quanto ao respeito à verdade:

- a) Fraudar votações;
- b) Deixar de velar pela total transparência das decisões e atividades da Câmara ou dos Vereadores no exercício dos seus mandatos;
- c) Deixar de comunicar e denunciar, da tribuna da Câmara ou por outras formas condizentes com a lei, todo e qualquer ato ilícito civil, penal ou administrativo ocorrido no âmbito da Administração Pública, bem como casos de inobservância deste Código, de que vier a tomar conhecimento;
- d) Utilizar-se de subterfúgios para reter ou dissimular informações a que estiver legalmente obrigado, particularmente na declaração de bens ou rendas;

III – Quanto ao respeito aos recursos públicos:

- a) Deixar de zelar, com responsabilidade, pela proteção e defesa do patrimônio e dos recursos públicos;
- b) Utilizar infra-estrutura, os recursos, os funcionários ou os serviços administrativos de qualquer natureza, da Câmara ou do Executivo, para benefício próprio ou outros fins privados, inclusive eleitorais;
- c) Pleitear ou usufruir favorecimentos ou vantagens pessoais ou eleitorais com recursos públicos;
- d) Manipular recursos do orçamento para beneficiar regiões de seu interesse, de forma injustificada, ou de obstruir maliciosamente proposições de iniciativa de outro poder;



## **ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

### **CÂMARA MUNICIPAL DE PARACAMBI**

e) Criar ou autorizar encargos em termos que, pelo seu valor ou pelas características da empresa ou entidade beneficiada ou controlada, possam resultar em aplicação indevida de recursos públicos;

III – Quanto ao uso do poder inerente ao mandato:

a) Obter o favorecimento ou o protecionismo na contratação de qualquer serviços e obras com a Administração Pública por pessoas, empresas ou grupos econômicos;

b) Influenciar decisões do Executivo, da Administração da Câmara ou outros setores da Administração Pública, para obter vantagens ilícitas ou imorais para si mesmo ou para pessoas de seu relacionamento pessoal ou político;

c) Condicionar suas tomadas de posição ou seu voto, nas decisões tomadas pela Câmara, a contrapartidas pecuniárias ou de quaisquer espécies, concedidas pelos interessados direta ou indiretamente na decisão;

d) Induzir o Executivo, a Administração da Câmara ou outros setores da Administração Pública à contratação, para cargos não concursados, de pessoal sem condições profissionais para exercê-los com fins eleitorais;

e) Utilizar-se de propaganda imoderada e abusiva do regular exercício das atividades para as quais foi eleito, antes, durante e depois dos processos eleitorais;

#### **CAPÍTULO IV**

##### **Das Medidas Disciplinares**

Art. 6º – As sanções previstas para as infrações a este Código de Ética serão as seguintes, em ordem crescente de gravidade:

I – Advertência pública escrita;

II – Advertência pública escrita com notificação ao partido político a que pertencer o Vereador advertido, bem como destituição dos cargos parlamentares e administrativos que ocupe na Mesa ou nas Comissões da Câmara;

III – Suspensão temporária do mandato por 60 (sessenta) dias;

IV – Perda do mandato;

Art. 7º – As sanções aplicadas segundo a gravidade da infração cometida, observado os dispositivos deste Código de Ética;

Art. 8º – A advertência pública escrita será aplicada ao Vereador que deixar de observar o dever contido no artigo 2º desta Resolução;

Art. 9º – A advertência pública escrita com notificação ao partido político a que pertencer o Vereador advertido, bem como a destituição dos cargos parlamentares e administrativos que ocupe na Mesa ou nas Comissões da Câmara será aplicada, quando não couber penalidade mais grave, a Vereador que:

I – Reincidir nas hipóteses do artigo antecedente;

II – Praticar ato que infrinja dever contido no inciso I do art. 5º desta Resolução;



## **ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

### **CÂMARA MUNICIPAL DE PARACAMBI**

Art. 10 – A suspensão temporária do mandato por 60 (sessenta) dias será aplicada, quando não couber penalidade mais grave, a Vereador que:

I – Reincidir nas hipóteses do artigo antecedente;

II – Praticar ato que infrinja dever contido nos incisos II a IV do art. 5º desta Resolução;

Art. 11 – A perda do mandato será aplicada a Vereador que:

I – Reincidir nas hipóteses do artigo antecedente;

II – Praticar ato que infrinja qualquer dos deveres contidos nos arts. 3º e 4º desta Resolução;

#### **CAPÍTULO V**

##### **Do Processo Disciplinar**

Art. 12 – Qualquer cidadão, pessoa jurídica ou parlamentar pode representar documentadamente perante o Presidente da Câmara Municipal, pelo descumprimento, por Vereador, de normas contidas neste Código de Ética;

Parágrafo Único – Não serão recebidas denúncias anônimas, com exceção daquelas que vierem acompanhadas de documentos suficientes para apurar a infração e apurar seu autor.

Art. 13 – Recebida a denúncia, o Presidente da Câmara a encaminhará ao Corregedor, no prazo de 5 (cinco) dias, ouvido o denunciado.

Art. 14 – O acusado poderá acompanhar todo o processo em seus termos, sendo-lhe facultado constituir advogado para sua defesa.

Art. 15 – O corregedor escolherá entre os pares da casa, dois vereadores, que promoverá a apuração preliminar e sumária dos fatos providenciando as diligências que entender necessárias e, em 5 (cinco) dias, elaborará relatório prévio.

Art. 16 – O Corregedor analisando o relatório prévio e considerando procedente a representação, solicitará ao presidente que submeta ao referendo do plenário, a indicação de 02 (dois) vereadores, para compor a Comissão Especial de Ética.

Parágrafo Único – Aprovado os nomes que constituirão a Comissão, o Corregedor nomeará um relator, e, notificará o acusado para que, no prazo de 5 (cinco) dias se quiser, apresente defesa, arrole testemunhas e requeira diligências.

Art. 17 – Apresenta ou não a defesa, o Relator concluirá as diligências e a instrução probatória que entender necessárias, no prazo de 5 (cinco) dias, encaminhando o parecer à Mesa para ser votado em igual prazo.

Parágrafo 1º – O parecer deverá conter o nome do acusado, a disposição sucinta da representação e da defesa, a indicação dos motivos de fato e de



## **ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

### **CÂMARA MUNICIPAL DE PARACAMBI**

direito em que se funde o parecer, a indicação dos artigos aplicados e a proposta de medida disciplinar.

Parágrafo 2º - Concluído o relator, o mesmo será encaminhado a Assessoria Jurídica da Câmara, afim de verificar o atendimento de todas as regras legais e sumulares por ventura existentes, não sendo permitido manifestação acerca do mérito do parecer.

Parágrafo 3º - Em qualquer fase do processo, poderá ser solicitada a assistência jurídica por parte dos Assessores da Câmara, desde que requerida pelo Corregedor ou o Relator.

Art. 18 – Se a Comissão Especial de Ética concluir pela procedência da denúncia e a considerar de gravidade passível de imputação nas penas dos incisos I e II, previstos no art. 6º deste Código, seu parecer, exarado sob a forma de Projeto de Resolução, será submetido à votação do Plenário, na primeira Sessão Ordinária seguinte ao término do prazo da Mesa, como primeiro item da Ordem do Dia.

Parágrafo Único – Fica vedado o adiamento da discussão e votação, sendo considerado rejeitado o parecer que não obtiver o “quorum” da maioria simples.

Art. 19 – A Comissão Especial de Ética terá as mesmas prerrogativas da Comissão Processante, nos termos previstos para esse tipo de Comissão na legislação federal pertinente, e terá um prazo máximo de 40 (quarenta) dias para exarar seu parecer, a fim de não transcorrer mais de 90 (noventa) dias entre a denúncia e o julgamento.

Art. 21 – A Comissão Especial de Ética só deliberará com a presença da maioria dos seus membros, somente sendo aprovada a matéria que obtiver a maioria dos votos dos presentes.

Art. 22 – A Comissão Especial de Ética apresentará seu parecer sob forma de Projeto de Resolução, a ser submetida à votação pelo Plenário, com a aprovação mediante o “quorum” de maioria absoluta.

#### **DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 23 – Serão feitas cópias deste para ampla distribuição aos Vereadores, entidades da sociedade civil e interessados.

Art. 24 – Revogam-se as disposições em contrário, a presente Resolução entra em vigor 15 (quinze) dias após sua publicação.

Paracambi, 24 de novembro de 2009.